

ACTA Nº 4 – Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 28 de Setembro de 2007

No dia vinte e oito do mês de Setembro do ano de dois mil e sete, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a quarta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Discussão e votação da acta da 3ª sessão ordinária.

2 – Expediente para conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia

4 – Período da Ordem do Dia

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

4.2- 2ª Revisão aos Documentos Previsionais relativos ao ano financeiro de 2007.

4.3 - Proposta de lançamento da Derrama e da definição da respectiva taxa, a incidir sobre o exercício económico de 2007, para cobrança por parte dos serviços competentes do Estado em 2008.

4.4 – Proposta de definição da taxa de Imposto Municipal de Imóveis, IMI, aplicável aos prédios urbanos sitos no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2008.

4.5 – Proposta de fixação, para o ano de 2008, da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), conforme disposto na alínea b) do nº 2 do artigo 106º, da lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro.

4.6 - Proposta de participação no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), relativamente aos rendimentos do ano de 2008.

4.7 – Aquisição de serviços de auditoria externa, para efeitos de cumprimento do disposto no artigo 48º, da Lei das Finanças Locais (Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro) / proposta de nomeação de auditor externo.

5 – Período Após a Ordem do Dia.

Efectuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes 60 membros. Não compareceram à chamada os deputados Manuel Carvalho, Nuno Pereira, Nuno Justo, Alexandra Antunes, António Eduardo Santos, Pedro Giesteira, José Ferrage, Armando Duarte, Ricardo Moura e João Fecheira.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Olímpia Vinhas, Nuno Pereira, Carla Rodrigues, Hugo Ramos, Deolinda Silva, Luís Carril, Pedro Giesteira, José Acácio Moura e Joaquim Alves

Não justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Teixeira Gomes, Alexandra Antunes, Acácio Gonçalves, Paulo Cruz e Alexandre Antunes.

Registando-se quorum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Leitura, discussão e votação da acta da 3ª sessão ordinária.

A acta da sessão ordinária do dia vinte e sete de Junho de 2007 foi posta à consideração, tendo os deputados Francisco Surreira e Luís Carril feito alguns reparos.

O deputado Francisco Surreira disse que a Câmara alterou o nome das ruas e que a rua onde ele mora actualmente chama-se Bento da Cruz, com o número 1066 e os três dígitos finais do código postal é o 244, mas este número correspondia à Rua Pedreira de Moura que já não existe. Esta situação tem provocado bastantes dificuldades, nomeadamente a nível de candidaturas aos subsídios, pois, uma vez que se introduz os 3 dígitos, o programa não aceita. Sobre a acta anterior, disse que na página 4, onde fala sobre uns sinais de trânsito que existiam por detrás do prédio Titanic, um de obrigação e outro de STOP, falta dizer que estes dois sinais estão assentes no mesmo suporte.

O deputado Luís Carril disse que na intervenção do vice-presidente da Câmara deve haver um lapso, provavelmente na redacção da acta, pois na página 7 diz que “o vice-presidente da câmara disse que a fossa de Meixedo funcionará como a da Venda Nova, Travassos do Rio e outras. Estações de tratamento só há em Montalegre” e estações de tratamento existem em outros locais do concelho.

Posta a votação, a acta foi aprovada por maioria com quatro abstenções.

2 - Expediente para conhecimento

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

3 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir os deputados Guilhermina Costa, Domingos Vasconcelos, Teixeira Gomes, Luís Carril, João Soares, José Fernando Moura, António Ferreira, Luís Pereira, Francisco Surreira, Paulo Barroso, José Manuel Carvalho e Duarte Calhelha.

A deputada Guilhermina Costa falou sobre os transportes escolares e disse que a Câmara é responsável pelo transporte dos alunos, principalmente dos deslocados.

Disse que tomou conhecimento que a Câmara compra passes aos alunos para serem transportados em transportes regulares onde as normas de segurança não são cumpridas, pois as crianças vão muitas vezes em pé. E, sendo a autarquia responsável pelos transportes, deve tomar medidas.

Falou sobre uma criança de 10 anos que foi agredida dentro do autocarro. Disse que é uma criança que pela primeira vez frequenta o ensino em Portugal, que está traumatizada com a situação e não quer vir para a escola e a Câmara nada fez.

Disse que concorda que à Câmara lhe fica mais barato contratar este tipo de situação pois não tem que pagar a vigilantes, mas a Câmara tem que salvaguardar os interesses das crianças.

Sobre os transportes de alunos e sobre os vigilantes, concluiu que a Câmara tem o dever de os chamar à atenção para que cumpram o seu dever.

O deputado Domingos Vasconcelos falou sobre a Rua de Cima do Rego, em Vila Nova, e disse que esta está partida e tem como berma uma ravina. Disse que já lá foram técnicos da Câmara dar-lhe razão pelo perigo que aquela estrada representa. Desta forma, pede a intervenção da Câmara para que se possam evitar algumas desgraças e acidentes.

Disse ainda que, em anteriores sessões da Assembleia, já solicitou a colocação de uns railes na estrada de Cabril e recebeu uma resposta positiva do Presidente da Câmara, mas até agora ainda nada foi feito.

O deputado Teixeira Gomes disse que, há uns dois meses atrás, leu um documentário sobre energias alternativas e viu que Portugal está em 3º lugar no ranking dos países europeus, mas que apenas 6% da energia é produzida. O Governo quer atingir os 30% de produção pois trata-se do futuro do país.

Disse que Montalegre já começou a trabalhar nesse sentido, mas começou da pior maneira, pois os grandes investidores e grupos económicos andam a enganar o “Zé-Povinho”, comprando os terrenos ao desbarato. A única forma de combater isto é a Câmara, juntamente com as Juntas de Freguesia, formarem uma cooperativa e unirem forças.

Alertou para as mortes por armas de fogo e disse que convinha que a GNR fizesse rusgas para que pudessem apreender algumas armas.

Disse que, sob o ponto de vista agrícola, Montalegre não tem grandes hipóteses. A produção florestal é uma das grandes vocações do concelho e a organização colectiva poderia dar resposta.

Sugeriu que a Câmara organizasse um colóquio para se definir o que se vai fazer na Quinta da Veiga que, a seu ver, deveria ser um campo de investigação cinegética.

O deputado Luís Carril pediu para que as reuniões da Assembleia se realizassem ao sábado.

Disse que, na estrada da Venda Nova as bermas estão obstruídas pela vegetação, embora reparasse que na freguesia da Chã já iniciaram os trabalhos de limpeza.

Disse que a gestão dos destinos do concelho de Montalegre estão nas mãos do Partido Socialista há bem mais de uma década e o ditado diz e é certo: “dez anos é muito tempo, 18 anos são muitos mais”. O concelho perde população todos os anos, os jovens fogem em debandada e esta Câmara parece nada fazer para inverter isso, nem sequer dá sinais nesse sentido. Em tempos, nesta sala, propôs uma acção que a Câmara mais tarde assumiu como sendo sua mas, pelos vistos, poucos anos depois já se esqueceu. Falou da construção de dois pavilhões de razoável dimensão, um na zona industrial de Salto e outro em Montalegre que albergasse jovens empresários ou criadores de emprego de pequena ou muito pequena dimensão, como é o caso da maior parte dos empresários da região, que, por si só, não têm capacidade de se instalar e

desta forma, a preços controlados, teriam essa hipótese. Afirmou que nem mesmo as mais pequenas intenções de apoio no combate à desertificação se denotam nesta Câmara.

Desta forma, solicitou esclarecimentos acerca das medidas tomadas ou pensadas para inverter esta situação.

O deputado João Soares disse que há dias atrás foi contactado por uma barrosão que não é socialista, que vive em Braga e que de vez em quando vem a Montalegre. Conversaram sobre a vida no Barroso e um assunto focado de imediato foi a Quinta da Veiga, a propósito de um artigo que vinha num jornal local e que transcreve uma mensagem assinada pela Junta de Freguesia de Montalegre. Essa mensagem dá conta da vinda do Senhor Ministro da Agricultura ao Município de Montalegre, dizendo que este veio entregar mais de 100 hectares de terreno arável, cujo destino é incerto e que atempadamente a Junta de Freguesia de Montalegre lho pediu, propondo-se a apresentar um projecto de viabilidade.

Disse que a carta enviada ao Primeiro Ministro está transcrita no dito jornal local e diz que a Quinta da Veiga está deixada ao abandono, a actos de vandalismo e roubo e que um grupo de agricultores locais estão dispostos a pegar na Quinta e trabalhá-la. A carta diz ainda que a Junta entende que é uma instituição prioritária para um acordo desta natureza visto que aqueles terrenos, em tempos vendidos pela Câmara ao Estado Central, eram terrenos baldios e estando mais perto do povo e conhecendo os seus sentimentos, a Junta tem a obrigação de tomar essa atitude.

Disse que na carta diz “atempadamente”, o que quer dizer que foi antes da Câmara tomar essa iniciativa mas a carta tem assinatura, mas não tem data. Se foi antes da Câmara tomar essa iniciativa e publicamente com a presença do Ministro, a Junta de Freguesia de Montalegre deveria interpelar o Senhor Ministro e perguntar-lhe porque é que não obteve resposta à sua carta.

Disse ainda que querer tudo aquilo que é do concelho é usura, falta de respeito, falta de conhecimento, falta de solidariedade, falta de ética e falta de lealdade perante a autarquia.

Disse que esta atitude lhe cheira a imitação pois a Câmara pediu e a Junta tem que ir atrás. O PSD já esteve no Governo Central e nessa altura é que a Junta deveria ter pedido a Quinta da Veiga.

Disse que o grupo de agricultores deve ter rosto pois todos conhecem as instituições locais: associações de produtores, associações de criadores, cooperativa e centro de gestão, todos eles ligados à agricultura.

Disse que a Quinta da Veiga não vai ser para nenhum grupo, vai ser para a Câmara pois é a única instituição capaz de desenvolver um projecto de desenvolvimento e de requalificação em benefício de todo o concelho.

Relembrou que, em tempos, já se fez um mau serviço ao povo de Montalegre com os terrenos da colonização interna e esses, sim, eram do povo e nessa altura o PSD não os quis para o povo.

Disse que a referida carta demonstra falta de conhecimento porque estudou o assunto e recolheu informação muito importante: o decreto de criação do posto que diz: “se o posto vier a ser extinto ou transferido, o prédio e benfeitorias, voltam à entidade cedente” e a entidade cedente é a Câmara Municipal de Montalegre.

O deputado José Fernando Moura discorda que a plantação vegetal seja o único futuro para Montalegre. Disse que o turismo é que deve ser a grande aposta e os fundos comunitários contemplam essa área.

Falou sobre as lixeiras espalhadas pelo concelho e que dão mau aspecto à região.

Disse que a estrada de Cabril a Paradela está bastante degradada e que convinha ser reparada o quanto antes para minimizar os trabalhos.

Disse que gostava de ter assistido ao filme projectado em Cambeses do Rio, iniciativa do Ecomuseu de Barroso, mas só recebeu o convite dias depois do evento ser realizado.

O deputado António Ferreira disse que nunca esteve tão de acordo com o deputado Teixeira Gomes como desta vez. Disse que muitos Presidentes da Junta já foram abordados para receberem quantias simbólicas. Era bom que desta assembleia saísse uma união para combater este flagelo.

Sobre os transportes escolares, disse que concorda com muitas das coisas que a deputada Guilhermina Costa disse, mas o que é certo é que todos os alunos saem da escola sentados. O problema é que durante o caminho entram passageiros e as crianças dão lugar aos mais velhos.

Disse que não é verdade que a Câmara não fez nada, pois no dia seguinte ao acidente, o executivo estava na escola e no autocarro.

O deputado Luís Pereira disse que a água de Salto está em condições, mas tem uma cor acastanhada o que já se torna insustentável. O deputado Francisco Surreira disse que falou sobre um trabalho por ele elaborado acerca de processos de licenciamento para os agricultores e utilização dos estábulos.

Disse que a agricultura está mal pois os agricultores já têm uma certa idade e os filhos estão fora devido à falta de emprego no concelho.

Disse que a Câmara se justifica com o turismo, mas ele não vê o turismo como fonte de emprego pois não há estruturas, como disso é exemplo as pinturas rupestres em Foz Côa.

Disse que no seu trabalho concluiu que no ano 2002 havia 1256 produções bovinas e em 2007 há 1070. Isto traduz em animais, em 2002 – 9858 animais e

em 2007 – 8532 animais. No período de cinco anos, o concelho de Montalegre tem menos 1326 bovinos.

Estes valores são traduzidos, em dinheiro, em 732 mil euros por ano e as quotas que se perdem por ano andam à volta de 40 contos por cabeça.

Daqui se pode concluir a quantidade de dinheiro que deixou de entrar no nosso concelho.

Relativamente aos caprinos e pequenos ruminantes, em 2002 havia 356 explorações e em 2007 havia 381. Mais 25 explorações, mas estas explorações de ovinos e caprinos só tinham 4 ou 5 animais.

Disse que a Câmara se deveria aproveitar destes valores para alertar o Governo para que se tomem medidas contra a desertificação.

O deputado Paulo Barroso falou sobre a EDP e disse que Tourém ficou 18 horas consecutivas sem energia eléctrica e a justificação dada pela empresa em questão é que a subestação de Morgade está com avarias.

Disse que deveria haver uma maior fiscalização do ambiente pois a maior parte dos empreiteiros não têm cuidado. Disse que a Câmara deveria obrigar os empreiteiros a alugar contentores.

Deu os parabéns à Câmara e à Escola Bento da Cruz pelas novas instalações escolares.

O deputado José Manuel Carvalho disse que na estrada Salto – Paredes as árvores cresceram e estão a obstruir a estrada, causando alguns acidentes.

O deputado Duarte Calheta perguntou se a ACISAT e a ADRAT têm sido um contributo ou uma mais valia para o concelho de Montalegre.

Propôs que se criasse uma associação que preste serviços de informação e apoio jurídico de forma a ajudar as pessoas a poderem recorrer aos fundos comunitários e, desta forma, servir de ferramenta para impulsionar investimentos.

Fez a proposta para que se arranjasse a EN103 e se fizesse a ligação à A24 para que Montalegre fique mais perto dos grandes centros urbanos.

Disse ainda que Montalegre tem que apostar na profissionalização e qualificação dos jovens.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu e disse que sobre a distribuição postal, a Câmara pouco pode fazer. O que está a ser feito são placas toponímicas com os nomes das ruas com o respectivo código postal, pois as exigências hoje são muitas. As pessoas devem reclamar nos correios mas também devem ter cuidado com o uso correcto do endereço.

Sobre o caso do incidente no autocarro de transporte de alunos, disse que não se podem dramatizar as situações e que só ontem chegou oficialmente à

Câmara a participação. Tem que se ouvir as várias versões. A empresa não tem culpa que um vândalo entre no autocarro. Há municípios que não têm transportes especiais. Utilizam os transportes públicos, pois a lei determina que só se utilizem transportes escolares especiais se não existir o transporte público. Disse que os alunos que são transportados no autocarro público são os alunos mais velhos. A Câmara teve o cuidado de arranjar transporte específico para as crianças mais pequenas. Disse que se devem tomar medidas mais frias e isentas pois se a rede dos transportes públicos acabasse, pouco tempo depois chegariam à Câmara abaixo assinados contra o encerramento daquele percurso como disse são exemplos o da Venda Nova e o de Salto.

Sobre as eólicas, disse que os terrenos estão todos tomados e a Câmara não quis tomar iniciativas nesse sentido pois poderia haver conotações de favorecimento e aí a Câmara seria mal entendida.

Disse que quando houve a caça aos terrenos para o concurso das eólicas, ele, como Presidente da Câmara, alertou a Assembleia de que vai haver negócios que não têm sucesso pois há contratos feitos para instalar mais de 500 megawatts, quando isso é impossível. Se se instalarem 100/200 megawatts já é muito bom.

Alertou para que se fizessem negócios sérios pois na altura em que o projecto entrar na Câmara, a Câmara também vai procurar qual a melhor solução e a mais vantajosa para as freguesias e para o Município de Montalegre.

Falou sobre a EHATB e disse que esta empresa tem 19 participações em investimentos no Alto Tâmega. Tem propriedades próprias, mini- hídricas e torres só da empresa e tem uma série de investimentos em parceria, valendo 30 milhões de contos.

Disse que há um acordo com todas as Câmaras de que qualquer investimento feito nesta área tem que abrir o capital social à EHATB, estando desta forma sempre coberto o interesse dos municípios, sem impedir os investimentos.

Informou que se vai construir uma série de barragens no Tâmega, na zona de Vidago a Ribeira de Pena e que a EDP está disposta a abrir capital social para que a EHATB seja parceira.

Disse que enviou vários faxes para a GNR para sensibilizar para o vandalismo de forma a ser mantida a ordem pública.

Sobre as florestas disse que existe um documento elaborado por um técnico florestal da Câmara que relata a realidade que contraria de todo o que aqui foi dito, pois há muitos hectares florestados pelas freguesias pelos compartes e pelas privadas. A floresta só se vê passados alguns anos.

Comunicou que foi aprovada uma central de biomassa no Alto Tâmega.

Sobre a Quinta da Veiga, disse que esta não merecia ter tanta polémica à sua volta e que merece mais respeito. Disse que vai ser um projecto de desenvolvimento rural e de interesse local. A Câmara está receptiva a

sugestões e a única coisa que pode ser criticada é a falta de ambição e de trabalho do passado.

Disse que a estrada de Vila Nova tem merecido a normal manutenção por partes da Câmara e sobre as bermas disse que estão dois tractores a fazer essa manutenção, mas o concelho tem muitos quilómetros. Mas mesmo assim as nossas estradas estão limpas, sinalizadas e seguras.

Disse que a sociedade está em transformação e os sindicatos e os trabalhadores não querem entender isso. Montalegre tem potenciais que não são aproveitados. São definidas estratégias, mas isso só não chega. É preciso mudar mentalidades e isso é muito difícil.

Disse que o QREN vai trazer muito dinheiro para o apoio ao emprego para a qualificação e para a economia. Não vai faltar dinheiro para o desenvolvimento rural. Haja projectos inovadores.

Pediu auxílio às Juntas de Freguesia para que denunciem as lixeiras. Referiu que a Câmara tem uma brigada permanente na recolha de ferro velho e outro lixo, e que está pronta a recolher e a limpar quando detecta ou quando recebe a informação. Tem orgulho pelo facto de no concelho de Montalegre não se ver lixo espalhado. Sabe que os Presidentes da Junta não gostam de denunciar, mas é para o bem ambiental e para todos.

Disse que toda a gente deveria ter visto o filme que projectaram em Cambeses, pois foi preciso um senhor francês ter filmado a vida quotidiana há 20 anos atrás para que as pessoas vejam as diferenças, não só a nível de infra-estruturas, mas também a nível social, cultural e económico. É um trabalho louvável do Ecomuseu de Barroso.

Sobre a água de Salto, disse que existe um furo enorme, o maior do concelho e com qualidade. A água é fiável e as análises são correctas, daí não se perceber o que se passa. É um caso que tem que ser estudado, porque realmente não parece ser uma avaria pontual.

Convidou a Assembleia a ir visitar o novo bloco da escola Dr. Bento da Cruz e disse que os centros escolares de Montalegre e de Salto já estão aprovados.

Sobre a situação agrícola do concelho de Montalegre, disse que a população deve ter mais ambição.

Falou sobre as associações do Alto Tâmega e disse que a ADRAT é uma associação que está muito bem vista a nível do Governo e que está a preparar hipóteses de inserir projectos no QREN. A ACISAT desenvolveu o PROCOM e esse foi um dos bons projectos que Montalegre teve.

Disse que as associações têm que ter escala e que só um concelho não adquire dimensão e também porque não pode suportar a grande qualidade técnica que hoje se exige para ter sucesso.

Sobre a EN103, disse que tem a garantia para o seu arranjo pois o Governo entendeu que dela depende o futuro do concelho. E já está garantido, por escrito, o troço do distrito de Vila Real. E iremos conseguir o outro.

Sobre a EDP, disse que esta empresa tem feito muito investimento no concelho, mas tem que fazer mais e se tiverem que se pedir indemnizações, que se peçam. As pessoas não podem reclamar só na Câmara.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Guilhermina Costa, Luís Carril e António Ferreira.

A deputada Guilhermina Costa disse que a criança agredida não levou apenas um estalo. Levou uma tareia e ficou admirada pelo facto da Câmara não dar a devida importância ao assunto. Disse que, na prática, se trata de um transporte exclusivo de alunos, por isso convém pôr vigilantes para salvaguardar o bem-estar das crianças.

Sobre o posto experimental, disse que este foi criado para investigação agrícola e que teve falhas como outros locais tiveram.

Disse que é triste que vejam que a Junta de Freguesia e a Câmara estão uma contra a outra. Estes dois órgãos devem ser unidos de forma a lutarem pelos interesses da comunidade.

Disse que durante anos a Câmara lutou por aquele espaço e agora não sabe o que há de lá fazer.

O deputado Luís Carril disse que o turismo e os produtos locais criaram emprego, mas não vai mais longe do que isso.

Disse que a criação de pavilhões para investidores não melhoram, mas ajudam. A Câmara deve captar investimentos e trabalhar os efeitos psicológicos. Deve criar sessões públicas, com especialistas e críticos, e, a partir daí, criar medidas para combater.

O deputado António Ferreira disse que é de louvar o trabalho que a Câmara fez na escola, desde que esta sofreu um pequeno incêndio.

O Senhor Presidente da Câmara disse que o difícil não é responder a certas questões. O difícil é resolver e a desertificação é um problema de todo o interior e do país.

Respondeu à deputada Guilhermina Costa, dizendo que serão sempre oposição, pois quando se fez a Feira do Fumeiro, o PSD fez propaganda contra. Foram contra a 6ª feira 13 e fizeram desdém, mas a quem falta estratégia é ao PSD. Não há varinhas mágicas para todos os problemas do concelho.

Disse que a promoção do concelho que a Câmara tem desenvolvido a vários níveis é notável e reconhecida. Mas os autarcas, sobretudo, não podem apelar ao paternalismo e fazer passar a ideia de que tudo depende do Estado ou da Câmara. Depende muito, mas depende mais da iniciativa, da garra e do trabalho das pessoas.

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Inscreveu-se para intervir o deputado Luís Carril.

O deputado Luís Carril colocou duas questões. Falou sobre os pagamentos à RESAT e disse que o período de amortizações se está a exceder. Perguntou se se vai prolongar por mais tempo e se o preço irá ser aumentado para os consumidores.

Falou sobre o facto de a Câmara receber mais dinheiro do aluguer dos contadores do que de água pois isso é mau sinal. Quer dizer que há muitas casas desabitadas.

Perguntou se as obras realizadas nas aldeias são facturadas à Câmara ou às Juntas de Freguesia.

Disse que muitas das obras descritas na actividade do Município não têm razão de aí serem apontadas pois são insignificantes em termos de gastos.

O Senhor Presidente da Câmara disse que os preços dos resíduos sólidos estão em negociação com o Governo. O aterro vai durar mais do que o previsto pois foi projectado ao máximo e o ideal era pagar-se o lixo ao quilo. Disse ainda que a tarifa baixou pois o aterro recebeu muitos resíduos industriais banais.

Disse que as obras nas freguesias são feitas com a colaboração da Câmara.

Para finalizar, disse que toda a informação entregue à Assembleia deve ser clara e precisa para que se tenha a noção do trabalho da Câmara. Essas observações revelam que não apreciam os pequenos trabalhos pelas aldeias, mas isso é um serviço muito importante às Juntas e às populações e tem a ver com a necessidade de conservação e manutenção que é importante para a durabilidade e bom funcionamento das infra- estruturas.

4.2- 2ª Revisão aos Documentos Previsionais relativos ao ano financeiro de 2007.

Não houve intervenções.

Deliberação: a revisão foi aprovada por unanimidade.

4.3 - Proposta de lançamento da derrama e da definição da respectiva taxa, a incidir sobre o exercício económico de 2007, para cobrança por parte dos serviços competentes do Estado em 2008.

Inscreveu-se para intervir o deputado Luís Carril.

O deputado Luís Carril disse que como o PSD tem como estratégia para o desenvolvimento do concelho a captação e a fixação de empresários, não se justifica que seja definida a taxa máxima de Derrama.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a Derrama é mais alta onde há mais investimento.

Deliberação: a proposta foi aprovada por maioria, com dois votos contra e uma abstenção.

4.4 – Proposta de definição da taxa de Imposto Municipal de Imóveis, IMI, aplicável aos prédios urbanos sitos no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2008.

Inscreveu-se para intervir o deputado Domingos Vasconcelos.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que já há muito tempo ambicionava ouvir que toda a gente vai pagar os seus impostos.

Deliberação: a proposta foi aprovada por unanimidade.

4.5 – Proposta de fixação, para o ano de 2008, da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), conforme disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 106º, da lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro.

Não houve intervenções.

Deliberação: a proposta foi aprovada por unanimidade.

4.6 - Proposta de participação no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), relativamente aos rendimentos do ano de 2008.

A proposta foi retirada.

4.7 – Aquisição de serviços de auditoria externa, para efeitos de cumprimento do disposto no artigo 48º, da Lei das Finanças Locais (Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro) / proposta de nomeação de auditor externo.

Não houve intervenções.

Deliberação: a proposta foi aprovada por maioria com duas abstenções.

5 – PERÍODO DEPOIS DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Foi lida, em voz alta, a minuta desta acta que, posta à consideração, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2º Secretário
